

MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 7ª RM BASE ADMINISTRATIVA DO CURADO BASE MESTRE-DE-CAMPO ANTÔNIO CURADO VIDAL

ANO DE 2022

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL

PROCESSO REFERENTE A RAM nº 24/2022-APROV/10º ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADO DE 14 DE JUNHO DE 2022, PARTICIPANTE.

			NOTAS DE EMP	ENHOS Nº	2022NE	2		
001	165							
			INTERE	ESSADOS				
OM/	SEÇÃO:	10° ESQUAD	RÃO DE CAVALA	RIA MECA	NIZADO			
CRE	DOR:	PREMIER P	RODUTOS ALIM	ENTICIOS	SEIREL	I		
			ASS	UNTO				
			MATERIAL I	DE CONSU	MO			
	D	OCUMENTO	S NECESSÁRIOS	S QUE CO	MPÕEM	O PROC	CESSO	
Ord			DOCUMEN	NTO			SITUAÇÃ	ÃO
01	RPS							
02	NC.							
03	SICAF.							
04	CNDT.		D 0000					
05	CADIN.			N				
06	CERTID	ÕES CONSOI	LIDADAS (TCU,	CNJ, CEIS).			
07	NE.							

DATA DA ABERTURA: 23/JUN/2022.

DATA DE ENCERRAMENTO NA DIVALC: 27/JUN/2022.

PROCESSO COM _____ FOLHAS.

LUCAS COSTA WANDERLEY DE MELO-1°TEN Of B Adm Curado

Fin of

DIVALC Nº /2022

MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO 10º ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADO ESQUADRÃO FORTE DAS CINCO PONTAS



NE:	1165	

RAM n° 24/2022 – Aprov/10° ESQD C MEC (Nup: 64523.002074/2022-88)

Recife - PE, 14 de jun de 2022.

DO: Comandante do 10° Esqd C Mec

AO: Sr Ordenador de Despesas da Base Administrativa do Curado

ANEXOS: - Cópia da NC 2022NC408472

- SICAF

Nos termos do contido no Art. 13 da Port Min Nº 305, de 24 Mai 95 - Instruções Gerais para realização de Licitações no Comando do Exército (IG 12-02), solicito-vos providências, no sentido de aprovar a requisição dos materiais abaixo discriminados, destinados ao Setor de Aprovisionamento desta OM.

	ERIAL DE CONSUMO - SUBITEM 07 - Pr PARTICIPANTE - EMPE PJ: 01.392.601/0001-50 EMPRESA: PREMIE	ENHO ORD	INÁRIO			
NR PEDIDO	DISCRIMINAÇÃO DETALHADA	UND	QTD	PREÇO UNT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	ITEM DA ARP
1	Caldo de carne	Kg	40	5,78	231,20	36
2	Caldo de galinha	Kg	40	5,75	230,00	37
	TOTAL SI 07			R\$ 461,20		
	TOTAL DA REQUISIÇÃO		4.52	R\$ 461,20		

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA BORGES – Cap Comandante do 10º Esqd C Mec

BASE ADM Come of
DESPACHO DO CHEFE DA DIVADM
RESTITUIR AO REQUISITANTE PARA CORREÇÃO NÃO AUTORIZADA A AQUISIÇÃO / FRESTAÇÃO SV APROVADO . ENCAMENHAR PARA O OD HÁCRÍDITO. NO YOSA 7 Z NÃO HÁ CRÉDITO. EM 22 / 06 / 27

Felipe Glasner de Maia Chagas - Tr

Chere Da Divisão Administrativo
E. JEADM CURADO
DESPACEDO PO GRDENADOR DE DESPESAS
RESTITUER AO CH DA DIV ADM RARA CORRUG 8
RESTITUIR AO FISCAL ADM PARA COUNDÇÃO NÃO A UTORIZADA A AQUISIÇÃO A C
AUTORIZADO, DIVALCADQUINTA
AUTORIZADO, DIVALO ADQUIRIR FOR DISTLE
BATT CONTRACTOR TO SERVICE STATE OF STA
11. 22/ Do / U
The second secon
Francisco Jose de Moura Cel Ordenador de Despesas
Ordena William
1
NIO ORDINÁRIO
X LUZZ C LUCHO GLOBAL S LUZZ C LUCHO GSTIMATIVO
AND
A A THE LACK ETTONICO
AURREI BELLAG SAP
Jelly .
Em 23:06:22
V

_ SIAFI2022-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZÃO (CONSULTA RAZÃO POR C. CONTABIL)

07/06/22 09:48

USUARIO: LIVIO

DATA EMISSAO : 06Jun22 VALORIZACAO : 06Jun22 NUMERO : 2022NC408472

UG EMITENTE

: 160504 - CENTRO DE OBTENÇÕES DO EXÉRCITO - GESTOR

GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL

UG/GESTAO FAVORECIDA : 160225 / 00001 - B ADM CURADO

OBSERVACAO

(050260-10° ESQD C MEC) DABST-SGLSUBS-PLJ-DSP EXC COTER. OBSERVAR PDRLOG2022-A4 (REF QR PARA 10ª BDA INF MTZ - FORPRON 72° BI MTZ - CERTIFICAÇÃO).REF DIEX 10

200-DPG/CH PREP F TER/COTER, DE 29 DEZ 21. EMPH IMEDIATO.

NUM. TRANSFERENCIA:

EV. ESF PTRES FONTE

ND 3B UGR PI

VALOR

300063 1 193894 0100000000 233933 160504 E6SUPLJA4QR

1.500,00

LANCADO POR : 06711079175 - WALKSSON

UG . 160504 06Jun22 16:25

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETOKNA





MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO 10° ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADO (ESQUADRÃO FORTE DAS CINCO PONTAS)

JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

- A justificativa da aquisição segue em consonância com o que prevê o boletim técnico 30.410-O1, item 6 para licitação, no que diz:
 - j. Se houver contingência ou problemas na execução da licitação da OM, é autorizada, em caráter excepcional, a participação em licitações de UG que não sejam do EB, somente de forma justificada, amparada, circunstanciada e autorizada pelo Comandante da Região Militar de jurisdição, devendo os produtos estarem previstos no CACEB, exceto aqueles que atenderem ao previsto no item 5.6 do CACEB.
- Outrossim, informo que esta Base solicitou, por meio do DIEx nº 184-DivALC/B Adm Curado, autorização do Comandante da 7ª Região Militar para participar do Pregão de Gêneros Alimentícios (EAMPE), obtendo parecer positivo conforme consta no DIEx nº 12-GCALC/Div Adm/ Ch EM. Cumprindo, desta forma, o orientado no item 6 do BT30.410-O1.
- 3. Por fim, seguindo a orientação do **DIEx Nº 219-Div Adm/ B Adm Curado**, segue planilha com justificativas para a aquisição dos materiais pelo pregão 01/2022 da UASG 783602 EAMPE:

Ord	RAM	Empresa	Material	Valor	Justificativa da Aquisição
1	RAM N° 24	PREMIER PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI	Caldo de Carne e Caldo de Galinha	R\$ 461,20	A empresa DISTRIBUIDORA IRMÃOS, que ganhou os itens citados no PE 14/2021 da UASG 160194, abriu processo de falência e não consegue mais fornecer os itens. Ademais, esta OM, por intermédio do Processo Administrativo nº 01/2022-Asse Ap Jurd, sancionou a empresa com impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 02 (dois) anos, com fulcro no Art. 7º da Lei 10.520/2002.

4. Anexos:

a) DIEx N° 134-Div Adm/ B ADM CURADO - CIRCULAR;

b) DIEx N° 219-Div Adm/ B ADM CURADO; e

(N)



Recife, PE, 14 de junho de 2022.

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA BORGES - Cap Comandante do 10 Esquadrão de Cavalaria Mecanizado

FRANCISCO JOSÉ DE MOURA - Cel Ordenador de Despesas da Base Administrativa do Curado





BASE ADMINISTRATIVA DO CURADO
BASE MESTRE-DE-CAMPO ANTÔNIO CURADO VIDAL

DIEx Nº 134-Div Adm/B ADM CURADO - CIRCULAR EB: 64361.001708/2022-85

URGENTE

Recife, 24 de fevereiro de 2022.

Do Comandante da Base Administrativa do Curado

AoSr Chefe do 7° Centro de Gestão Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe do Estado-Maior da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, Comandante da 7ª Companhia de Comunicações, Comandante do 10º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada, Comandante do 4º Batalhão de Comunicações, Comandante do 4º Batalhão de Polícia do Exército

Assunto: intenção de aquisição de Gêneros Alimentícios (EAMPE)

Anexos:

- 1) DIEx nº 184-DivALC/B ADM CURADO, de 16 FEV 22; e
- 2) DIEx nº 12-GCALC/Div Adm/Ch EM, de 17 FEV 22.
- 1. A Base Administrativa do Curado busca cumprir as legislações vigentes, atentando ao contido no Caderno de Orientação aos Agentes da Administração, no tocante a aquisição de quantitativo de rancho (QR), bem como, observa as orientações emanadas pelo CGCFEx/7 .
- 2. Informo-vos também, que diante da realidade atual das licitações de QR do GCALC/7 e das demandas próprias desta UG e de suas OMV, esta Base tem buscado saídas legais para vencer os óbices administrativos existentes, evitando assim o desabastecimento dos aprovisionamentos das suas OMV.
- 3. Neste sentido, informo que esta Base solicitou, por meio do DIEx nº 184-DivALC/B Adm Curado (em anexo), autorização do Comandante da 7ª Região Militar para participar do Pregão de Gêneros Alimentícios (EAMPE), obtendo parecer positivo conforme consta no DIEx nº 12-GCALC/Div Adm/ Ch EM (em anexo). Cumprindo, desta forma, o orientado no item 6 do BT30.410-O1.
- 4. Outrossim, o DIEx nº 12-GCALC/Div Adm/ Ch EM, salienta que essa UGG deverá, obrigatoriamente, adquirir os itens ou produtos da licitação em pauta, somente caso ocorram problemas decorrentes de implemento contratual do fornecedor ganhador no pregão do Quantitativo de Rancho (QR) vigente no GCALC/7. Assim, solicito a todas as OM vinculadas a esta Base atentarem para essa orientação quando do envio de suas requisições.

4.

Por fim, esta Base Administrativa agradece as orientações e coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos, por meio da Divisão de Aquisições, Licitações e Contratos, através do telefone (81) 2129-6637.

FRANCISCO JOSÉ DE MOURA - Cel Comandante da Base Administrativa do Curado

"1822 - 2022 - BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL SOBERANIA E LIBERDADE"





MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO CMNE -7º RM

BASE ADMINISTRATIVA DO CURADO BASE MESTRE-DE-CAMPO ANTÔNIO CURADO VIDAL

DIEx Nº 219-Div Adm/B ADM CURADO EB: 64361.002641/2022-04

URGENTÍSSIMO

Recife, 22 de março de 2022.

Do Comandante da Base Administrativa do Curado **Ao** Sr CHEFE DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Assunto: aquisição de Gêneros Alimentícios (EAMPE - UG783602) Referência: DIEx nº 134-Div Adm/B ADM CURADO, de 24 FEV 22

Anexo:

DIEx nº 53-S2/7º CGCFEx, de 21 FEV 22

- 1. Reiterando o DIEx da referência e conforme orientações do Nº5 do DIEx nº 53-S2/7º CGCFEx, de 21 FEV 22, em anexo, reforço o recomendado por aquele Centro de Gestão no seguinte:
- "...este Centro de Gestão orienta para as excepcionalidades, que somente de forma justificada, amparada, circunstanciada e autorizada pelo Comando da 7º Região Militar, essa Base poderá **adquirir** QR em UG fora do EB."
- 2. Assim, diante do exposto, enfatizo que para se utilizar os Pregões de QR da EAMPE, os quais esta Base é participante, é necessário que os itens dos Pregões de QR da UGG 160194 (7ªRM) estejam com problemas decorrentes de implemento contratual do fornecedor ganhador, quais sejam:
- a. Com punição vigente (impedimento) contra o fonecedor ganhador do item por Processo Administrativo **concluído** ;
- b. Quando o quantitativo planejado para o item na IRP estiver totalmente consumido;
- c. Quando o fornecedor solicitar realinhamento de Preços à UGG para o item, recebendo parecer indeferido, e seja excluído da ata naquele item, colocando-o sem vigência; e
- d. Quando for comprovada a vantajosidade econômica entre o pregão da EAMPE em detrimento ao pregão da 7ª RM.
- 3. Finalmente, solicito que quando for remetido algum processo para aquisição de itens (RAM) dos Pregões de QR gerenciados pela EAMPE (UG783602), os mesmos venham acompanhados por um documento comprobatório justificando e amparando a vantajosidade da

requisição (impedimento existente para o item do Pregão de QR vigente da UG 160194 (7ªRM) e /ou uma tabela comparativa dos valores entre os dois Pregões vigentes).

FRANCISCO JOSÉ DE MOURA - Cel Comandante da Base Administrativa do Curado

"1822 - 2022 - BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL SOBERANIA E LIBERDADE"



Ministério da Economia Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nª 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPI:

01.392.601/0001-50

DUNS®:

910436661

Razão Social:

PREMIER PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

Nome Fantasia:

Situação do Fornecedor: Credenciado Natureza Iuridica:

Data de Vencimento do Cadastro: 24/10/2022

EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE

NATUREZA EMPRESÁRIA)

MEI:

Não

Porte da Empresa:

Empresa de Pequeno

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:

Nada Consta

Impedimento de Licitar:

Nada Consta

Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta

Vínculo com "Servico Público":

Nada Consta

Níveis cadastrados:

- I Credenciamento
- II Habilitação Juridica
- III Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

FGTS Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)

Validade: Validade: 10/12/2022

Validade:

09/07/2022 10/12/2022

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital

Receita Federal e PGFN

Validade:

31/07/2022

Receita Municipal

Validade:

10/07/2022

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade:

31/05/2023

Emitido em: 17/06/2022 11:05 CPF: Nome: MATHEUS OLIVEIRA LEITE

1 de





CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PREMIER PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

CNPJ: 01.392.601/0001-50

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 -Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
- 2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 09:23:39 do dia 17/06/2022 <hora e data de Brasília>. Válida até 14/12/2022.

Código de controle da certidão: 5F50.C4BA.1CF8.ED99 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





Ministério da Economia Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nª 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:

01.392.601/0001-50

DUNS®: 910436661

Razão Social:

PREMIER PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

Nome Fantasia:

Situação do Fornecedor: Credenciado

Data de Vencimento do Cadastro: 24/10/2022

Natureza Jurídica:

EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE

NATUREZA EMPRESÁRIA)

MEI:

Não

Porte da Empresa:

Empresa de Pequeno

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:

Nada Consta

Impedimento de Licitar:

Nada Consta

Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta

Vínculo com "Serviço Público":

Nada Consta

Níveis cadastrados:

- I Credenciamento
- II Habilitação Juridica
- III Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN

Validade:

10/12/2022

FGTS

Validade:

09/07/2022

Trabalhista

(http://www.tst.jus.br/certidao)

Validade:

10/12/2022

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital

Validade:

31/07/2022

Receita Municipal

Validade:

18/08/2022

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade:

31/05/2023

Emitido em: 27/06/2022 14:09

CPF:

Nome: MARCIA ANDREA COELHO DA MATA BARBOSA





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PREMIER PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 01.392.601/0001-50 Certidão nº: 20163906/2022

Expedição: 27/06/2022, às 14:09:44

Validade: 24/12/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **PREMIER PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **01.392.601/0001-50, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





Data e hora da consulta:

27/06/2022 14:09:29

Usuário:

02921713403

0

Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN

CPF/CNPJ: 01392601

Título:

PREMIER PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

Situação

Total de Registros

Há até 30 dias:

Inadimplente Há até

Há mais de 30 dias: 1

Código	Credor	Data/Hora de Inclusão
26994558	PROCURADORIA-GERAL DA UNIAO	23/05/2022 16:18:00

11^a ICFEx

Boletim Informativo nº 08, de 31 de agosto de 2011.

Pag: 95

Chefe 11^a ICFEx

d. Execução de Licitações, Contratos e Convênios

1) Contratação de Fornecedor inscrito no CADIN - A/2-SEF

Do: Subsecretário de Economia e Finanças Aos Senhores Ordenadores de Despesas

Ref: Acórdão 6246/2010-TCU-Segunda Câmara

- 1. Informo-vos aos Ordenadores de Despesas (OD) que o Acórdão da referência trata de "recurso de reconsideração" interposto pela entidade refinaria Alberto Pasqualini S.A. REFAP Petrobrás, em razão dos responsáveis "regulares com ressalva" do exercício financeiro de 2003, com determinação, dentre outras, que:
- "1.7.3. não contrate com qualquer empresa de um grupo em que haja ente inscrito no CADIN (Cadastro informativo de créditos não quitados do setor Público Federal), mesmo na qualidade de consórcio, nos termos do art. 6°, inciso III, da Lei 10.522/2002".
- 2. No recurso de reconsideração, a REFAP S.A. não vislumbra o caráter determinante quanto ao destino da contratação no art. 6°, inciso III, da Lei nº 10.522/2002, pois o texto legal exige a consulta, mas não estabelece o impedimento de contratação com empresas inscritas no CADIN, e verifica, a REFAP S.A, que se trata de norma restritiva e que, por esta razão, não pode ser interpretada de forma ampliativa.
- 3. Diz, ainda, a REFAP, que o dispositivo já foi objeto de apreciação do STF em sede de cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI 1.454-4, o qual suspendeu a vigência do art. 7º da então MP 1490/1996, o argumento central desse posicionamento foi no sentido de que o preceito conduzia a uma forma de sanção administrativa como meio coercitivo de cobrança em favor da Fazenda Pública, violaria os arts. 5º, XII, e 170, parágrafo único, da Lei Maior. Diante disso, não foi mais contemplado o impedimento de a Administração contratar com Pessoas Jurídicas inscritas no CADIN, nem na Medida Provisória nº 1863-52, de 26/08/1999, subseqüente à Medida Provisória nº 1490, nem na atual Lei Federal nº 10.522/2002, fruto da conversão daquele diploma em lei formal, resume que quanto ao art. 7º os ministros da Corte Suprema entenderam que houve a perda do objeto.
- 4. Neste sentido, esta Secretaria julga oportuno informar aos OD que o mencionado art. 6°, inciso III, tornou obrigatória a consulta prévia ao CADIN, pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal, direta e indireta, para celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos, e, o art. 7º determinava que a existência de registro no CADIN há mais de trinta dias constituía fator impeditivo para a celebração de qualquer dos atos previstos no artigo anterior.
- 5. Informo, ainda, aos OD que de acordo com o "item 9" do Acórdão 6246/2010, o Ministro Relator, em concordância com os posicionamentos da Unidade Técnica e do Ministério Público/TCU, entendeu que o art. 6°, inciso III, da Lei 10.522/2002, "não veta, de modo absoluto, a celebração de contratos com empresa inscrita no CADIN, vez que o citado artigo de



Boletim Informativo nº 08, de 31 de agosto de 2011.

Pag:	
96	
10	

Chefe 11^a ICFEx

lei prescreve apenas quanto à consulta prévia do CADIN." Diante das razões expostas pelo Relator, acordaram os Ministros do Tribunal de Contas da União em sessão de 26 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 01 de novembro de 2010, em "dar provimento parcial ao recurso para tornar insubsistente o subitem 1.7.3 do Acórdão nº 5502/2008 – TCU – 2ª Câmara, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão recorrido."

6. Diante do acima exposto, esta Secretaria orienta os OD que o registro no CADIN não é motivo para impedimento da contratação de fornecedores; entretanto, há necessidade de se observar os aspectos relacionados à regularidade fiscal dos interessados (art. 27, lei nº 8.666/93; art. 3º, § 2º, incisos III, alínea "a", e V, Decreto nº 6170/2007; e art. 18, inciso VI, Portaria Mp/MF/MCT 127/2008, dentre outros dispositivos).

Brasília, DF, 4 de agosto de 2011.

Gen Div Gerson Forini Respondendo pelo Subsecretário de Economia e Finanças

Msg SIAFI nº 2011/1097751, de 4 ago 11

2) Consulta ao CADIN - A/2 SEF

Do: Chefe da Assessoria 2/SEF Aos Senhores Chefes de ICFEx

Rfr: Mensagem SIAFI 2011/1097751-SEF, 04 de agosto de 2011.

Considerando o exposto no documento da referência, informo aos Senhores Chefes de ICFEx que a consulta a situação de inadimplência ou não, no CADIN, deverá ser realizada no SIAFI, subsistema "TABAPOIO", módulo "CREDOR", transação ">CADIN", com preenchimento do radical básico do CNPJ do fornecedor no campo "CGC (denominação antiga)" bastando, em seguida, teclar "enter". Na situação de inadimplência demonstrada na tela há necessidade de teclar "enter" ou "PF4" (funções que não aparecem na régua de funções pré-programadas), ocasião em que surgirá uma próxima tela contendo os dados relativos ao "credor" e ao "devedor", este, identificado pelos "dígitos" finais que complementam o radical básico do "CNPJ" utilizado inicialmente na consulta; e contendo, também, outros dados julgados essenciais para controle da situação no CADIN.

Brasília, DF, 09 de agosto de 2011

Williams Carvalho Pessoa – Cel R1 Chefe da Assessoria 2/SEF

Msg SIAFI nº 2011/1118156, de 09 ago 11.

e. Pessoal

Identificação de Instituidor de Pensão no SIAPPES Do: Chefe do CPEx







Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 27/06/2022 14:09:59

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: PREMIER PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

CNPJ: **01.392.601/0001-50**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: TCU

Cadastro: **Licitantes Inidôneos** Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Orgão Gestor: CNJ

Cadastro: CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade

Administrativa e Inelegibilidade Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: Portal da Transparência

Cadastro: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas

Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: Portal da Transparência

Cadastro: CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



TESOURONACIONAL

Data e hora da consulta: 29/06/2022 14:27

Usuário: *** 759.174-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente Código

Nome

Moeda

160225

BASE ADMINISTRATIVA DO CURADO

REAL - (R\$)

CNPJ

Endereço

CEP

31.543.958/0001-52 AV. PROFESSOR LUIZ FREIRE Nº 198 BAIRRO: CURADO - RECIFE - PE 50740-437 UF Telefone

Município RECIFE

Tipo

PE (081)2129 - 6245 - (081)2129-6639

Ano 2022

NE

Número 1165

Célula Orçamentária

Esfera **PTRES** 1 193894

Fonte de Recurso Natureza da Despesa UGR 0100000000 339030

160504

Plano Interno E6SUPLJA4QR

Data de Emissão Tipo Global

Processo

Taxa de Câmbio

Valor

27/06/2022

64523002074202288

LOJA A JORDAO

0.0000

461,20

Favorecido

Código Nome

01.392.601/0001-50 PREMIER PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

Endereço

CEP

CENTENARIO ALBERTO SANT 161

51250-000

Município RECIFE

UF Telefone PE 3462-7080

Amparo Legal

Código

Modalidade de Licitação

126 Ato Normativo

LEI 10.520 / 2002

PREGAO

Artigo

Parágrafo

Incíso

Alínea

1 de 2

Descrição

30-07 2022NC408472/COEX, 06JUN22. GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO.

RAM Nº 24/2022-APROV/10° ESQD C MEC, 14JUN22. PR 01/2022 - 783602 - EAMPE.

64523.002074/2022-88.(PARTICIPANTE).

Local da Entrega

10° ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADO

Informação Complementar

78360205000012022 - UASG Minuta: 160225

Sistema de Origem

COMPRASNET-ME

Versão Data/Hora Operação 28/06/2022 13:45:51 Alteração



TESOURDNACIONAL

Data e hora da consulta: 29/06/2022 14:27

Usuário: ***.759.174-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Seq.

001

Data

002

Natureza de Despesa

Total da Lista

461.20

Subelemento 07 - GENEROS DE ALIMENTACAO

Descrição

339030 - MATERIAL DE CONSUMO

Item compra: 00036 - TEMPERO, TIPO CALDO, APRESENTAÇÃO PÓ, 231.20

Valor do Item

APLICAÇÃO USO CULINÁRIO, SABOR CARNE

Operação 27/06/2022 Inclusão

Quantidade Valor Unitário 40,00000 5,7800

Valor Total

231,20

Valor do Item

Seq. Descrição

Item compra: 00037 - TEMPERO, TIPO CALDO, APRESENTAÇÃO PÓ, 230,00

APLICAÇÃO USO CULINÁRIO, SABOR GALINHA Data Operação

Quantidade Valor Unitário

Valor Total 230,00

27/06/2022 Inclusão 40,00000 5,7500

Assinaturas

Ordenador de Despesa

FRANCISCO JOSÉ DE MOURA

***.100.703-**

28/06/2022 13:45:51

Responsável pela Nota de Empenho

LUIS GUILHERME RIBEIRO DA SILVA

***.216.456-**

28/06/2022 09:57:29

Versão Data/Hora Operação 28/06/2022 13:45:51 Alteração



Identificação do emitente

PREMIER PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

AV. CENTENARIO ALBERTO SANTOS DUMONT,

161 A JORDAO CEP: 51250000 RECIFE - PE TEL.: 008134627080

DANFE

Documento auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA 1 - SAÍDA Nº 020188

SÉRIE 1

						20011-02012							
NATUREZA DA C	DPERAÇÃO						CH	AVE DE A	CESSO DA CON	ISULTA DE AUT	ENCIDADE N	NO SITE WW	W.FAZENDA.GOV.BR
Vendas								26220	070139260	1000150550	0010000	2018812	10278209
INSCRIÇÃO EST	ADUAL	INSC ESTADUAL S	UBST TRIBUTÁR	IO CNPJ	- 27		PR	ROTOCOLO	DE AUTORIZA	ÇÃO			
022908390				01.392.	601/00	01-50			12622006	0215168 20	22-07-0	5T17:42:	07-
DESTINATÁF	RIO/REMETE	NTE											
NOME / RAZÃO S 0492		INISTRATIVA	DO CURAI	00					CNPJ / CPF 31.543.958	/0001-52		05/07/	
AV PROFE	SSOR LUIZ	FREIRE, 19	3			100	BAIRRO CURA	.DO		CEP 507404	37	DATA DA S	salda / ENTRADA 2022
MUNICÍPIO Recife		4	NE / FAX 121296245			UF PE		SCRIÇÃO E	STADUAL			17:42	SAÍDA / ENTRADA
FATURA	04/08/202	2 R\$ 461,20	020188	1/1								(C. A.)	
DADOS DOS PRO	DDUTOS / SERV	iços								- 17 A	THE LEVE	1	
CÓD.PROD.	DESCRIÇÃ	O DO PRODUTO	CST	CF/NCM	CFOP	UNI	VOL	QTD.	V. UNIT.	V. TOTAL	BC. ICMS	V. ICMS	V. IPHCMS IPI
p130	CALDO DE CULINARIO	CARNE (CALDO)) KG	boo	21041011	5.102	KG	4	40	5,78	231,20	231,20	41,62	0,00 18 0
þ131	CALDO DE CULINARIO	GALINHA (CALD)) KG	poo poo	21041011	5.102	kg	4	40	5,75	230,00	230,00	41,40	0,00 18 0

BASE CÁLC ICMS 461,	VALOR DO	смs 83,02	BASE CÁLC ICMS SU	BSTITUIÇÃO	VALOR	ICMS ST		ICMS DESC	N	(0,00	VALOR TOTAL DOS	PRODUTOS 461,20
VALOR DO FRETE 0,00	ALOR DO SEGU	0,00 DESC	ONTO 0,00	and the second second second	SPESAS	ACESSÓRIAS 0,00	VALO	R DO IPI	e -	0	,00	VALOR TOTAL DA N	461,20
TRANSPORTADOR	/ VOLUMES	TRANSPOR	TADOS							1	E 0		
RAZÃO SOCIAL PREMIER PROD	UTOS ALIM	ENTÍCIOS	EIRELL	RETE POR CO) - Emitente - Destinatário	ONTA O	CÓDIGO ANTT	100000	A DO VEÍCU J1229	ILO	UF PE		392601000150	
ENDEREÇO AV. CENT. ALBE	RTO SANTO	S DUMON	20.00 20 50 50 50	UNICÍPIO Recife				UF P	E	INSCRIÇ 0229		STADUAL 90	
QUANTIDADE 8	ESPECIE 3	MAR	DA N	UMERAÇÃO		PESO BRUTO		81	.6	PESO LI	QUIDO)	80

Valor aproximado dos tributos: R\$ 125,68
"CIRCULAÇÃO DA MERCADORIA LÍVRE DE COBRANÇA POSTERIOR DO TRIBUTO, NOS TERMOS DO ART. 5º DO DECRETO № 21.981, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1999"

10° ESQD C MEC - Empenho: 2022NE001165 - Dados bancários: Banco Itaú, Agência nº 0877, C/C nº 17527-3.

RECIBO Recebi o(s) material(is) ou serviço(s) prestados constantes da presente Nota Fiscal. DATA 06 1 07 1 QQ A 3 25 C1 Constituto Encarregado do Recebimento

Salatiel de Cenalho Theodorio ent GC. 30Pel

Carlos Augusto Reloro Pontes

06/07/22

FISCAL ADMINISTRATIVO

10. ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADO

DE	TEASE ADM CURADO SPACHO DO ORDENADOR DE DESPESA
X	AUTORIZO O PAGAMENTO
	NÃO AUTORIZO O PAGAMENTO
	they authorized progress announced by a progress and a subsect of progress and the subsect of th
	EM, 42/04/72
	Marcelo Moreira Santos Cel

CB:302656